

Logística
Ambiental de
São Paulo S.A. -
LOGA

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativos financeiros decorrentes de contrato de concessão

Veja as notas explicativas das demonstrações financeiras:

- Nota explicativa 6 (e): Política contábil - Contratos de concessão;
- Nota explicativa 32.a: Contrato de concessão – Ativo financeiro.

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia é responsável pela exploração do contrato de concessão dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo em conformidade com o contrato de concessão celebrado.</p> <p>Pelo referido contrato, a Companhia tem a obrigação de cumprir um plano de investimento durante a vigência da concessão. A infraestrutura adquirida e/ou construída será integralmente remunerada pelo poder concedente.</p> <p>Conforme a norma contábil Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – “Contrato de Concessão”, a Concessionária possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. Consideramos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da administração da concessão, e podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) a avaliação do desenho dos controles internos chave existentes no processo de capitalização do ativo financeiro e o gerenciamento de contratos de concessões; (ii) a avaliação se a política contábil desses ativos financeiros adotada pela Companhia está em conformidade com as normas contábeis relacionadas ao reconhecimento de contrato de concessão (ICPC 01 (R1) – “Contrato de Concessão”); (iii) o teste, por meio de amostra, das adições do ativo financeiro para avaliar a existência, a natureza do gasto e correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as suas políticas de capitalização de ativos financeiros efetuadas nas demonstrações financeiras. <p>Baseados nos resultados dos procedimentos resumidos acima, consideramos que a política de registro de ativo financeiro adotada pela Companhia é aceitável para suportar os julgamentos e informações incluídas nas</p>

por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 BALANÇO PATRIMONIAL
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas explicativas	2017	2016 (Reapresentado)
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	11	977	1.272
Contas a receber	12	92.232	88.073
Ativo financeiro	32.a	5.824	3.326
Estoques		2.668	2.148
Impostos a recuperar	13	4.177	3.557
Adiantamento a fornecedores		1.227	2.233
Outras contas a receber		619	2.153
Total do ativo circulante		107.724	102.762
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Contas a receber	12	10.489	10.489
Ativo financeiro	32.a	43.415	55.627
Ativo fiscal diferido	15	719	678
Depósitos judiciais	14	13.298	12.906
Outras contas a receber		7	14
Total do realizável a longo prazo		67.928	79.714
Imobilizado	16	72.344	84.026
Intangível		148	269
		72.492	84.295
Total do ativo não circulante		140.420	164.009
TOTAL DO ATIVO		248.144	266.771

	Notas explicativas	2017	2016 (Reapresentado)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores e outras contas a pagar	17	39.899	49.949
Empréstimos e financiamentos	18	22.127	25.280
Debêntures	19	12.068	12.546
Salários, benefícios e encargos sociais	20	19.199	18.004
Impostos, taxas e contribuições	21	16.605	15.865
Dividendos a pagar	24.c	10.757	14.157
Adiantamentos		70	52
Obrigações contratuais		6.343	6.274
Total do passivo circulante		127.068	142.127
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	18	28.776	51.133
Debêntures	19	37.500	38.462
Provisões	22	6.098	4.329
Total do passivo não circulante		72.374	93.924
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24		
Capital social		29.416	29.416
Reserva de lucros		19.286	1.304
Total do patrimônio líquido		48.702	30.720
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		248.144	266.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Valores expressos em milhares reais)

	Notas Explicativas	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	25	528.200	528.778
Impostos incidentes sobre serviços prestados	25	(77.500)	(73.137)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>450.700</u>	<u>455.641</u>
Custo dos serviços prestados	26	(369.555)	(366.250)
LUCRO BRUTO		<u>81.145</u>	<u>89.391</u>
Despesas comerciais	27	(1.134)	(6.262)
Despesas administrativas	28	(28.283)	(30.726)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	29	(4.406)	1.715
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		<u>(33.823)</u>	<u>(35.273)</u>
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		47.322	54.118
Receitas financeiras	30	2.912	4.768
Despesas financeiras	30	(13.962)	(19.370)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		<u>(11.050)</u>	<u>(14.602)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		36.272	39.516
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	15	(12.731)	(11.933)
Diferido	15	41	(1.494)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>23.582</u></u>	<u><u>26.089</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
CNPJ: 07.032.886/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	23.582	26.089
Resultado abrangente total do exercício	<u>23.582</u>	<u>26.089</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social			Reserva de lucros			Patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		60.650	(40.727)	19.923	-	3.985	-	23.908
Integralização de capital social	24.a	-	9.493	9.493	-	(3.985)	(4.650)	858
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	26.089	26.089
Reserva legal	24.b	-	-	-	-	1.304	(1.304)	-
Dividendos distribuídos	24.c	-	-	-	-	-	(20.135)	(20.135)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		60.650	(31.234)	29.416	-	1.304	-	30.720
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	23.582	23.582
Reserva legal	24.b	-	-	-	-	1.179	(1.179)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	16.803	-	(16.803)	-
Dividendos distribuídos	24.c	-	-	-	-	-	(5.600)	(5.600)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		60.650	(31.234)	29.416	16.803	2.483	-	48.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
CNPJ: 07.032.886/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	23.582	26.089
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	13.625	11.443
Baixa de imobilizado e intangível	8	(326)
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	13.445	18.380
Provisão para concientização da população	1.468	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	4.315
Provisão para contingências	2.790	2.351
Reversão de ativo financeiro	19.637	-
Correção de depósitos judiciais	826	1.277
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12.690	13.427
(Aumento) / Redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(4.159)	(50.410)
Impostos a recuperar	(620)	(244)
Estoques	(520)	(340)
Outros contas a receber	1.541	1.704
Depósitos judiciais	(1.695)	(5.151)
Adiantamento a fornecedores	1.006	(141)
Ativo financeiro	(9.923)	(15.532)
Aumento / (Redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras contas a pagar	(10.050)	1.405
Salários, provisões e encargos sociais	1.195	1.118
Impostos, taxas e contribuições	740	3.369
Pagamento de contingências	(2.011)	(2.533)
Adiantamentos	18	52
Obrigações contratuais	69	1.439
Caixa gerado pelas atividades operacionais	63.662	11.692
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.731)	(12.058)
Debêntures - juros pagos	(6.721)	(8.161)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(9.759)	(9.750)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	34.451	(18.277)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de imobilizado	(1.822)	(37.480)
Aquisição de imobilizado	-	1.555
Aquisição de intangível	(8)	-
Caixa líquido (aplicados nas) atividades de investimento	(1.830)	(35.925)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Debêntures - pagamento de principal	(1.000)	-
Empréstimos e financiamentos - captação	-	33.899
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(22.916)	(20.280)
Dividendos pagos	(9.000)	(7.575)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas nas atividades de financiamento	(32.916)	6.044
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(295)	(48.158)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	1.272	49.430
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	977	1.272
Varição líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(295)	(48.158)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga (“Companhia” ou “Loga”), situada à Avenida Marechal Mario Guedes, 221- Jaguaré - Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos adicionais, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004.

A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”), detentora de 62,347% das ações, a Estre Coleta Holding S.A., detentora de 34% das ações, e a Estre Ambiental S.A., detentora de 3,653% das ações (“Grupo Estre”).

A VVR é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A., realizou uma cisão parcial de seu acervo líquido viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos, para a VVR, Companhia constituída pelo Grupo Solví com objetivo específico de participar do capital de outras Companhias. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

Igualmente, o Grupo Estre é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 por compra das ações da Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A.. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

Reequilíbrio quinquenal

A Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão é dever da Administração Pública, antes mesmo de ser direito do contratado. Justifica-se, como princípio, pelo fato de revelar-se vantajosa para a Administração Pública, no reconhecimento de que contratos bem equilibrados tendem a atingir melhor a finalidade a que se destinam. Além de favorecer ao princípio da modicidade tarifária, uma vez que a garantia de equilíbrio propicia tarifas livres de majorações por riscos não contingenciados.

Conforme a cláusula 15.14, a AMLURB (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana) procederá a uma revisão ordinária das tarifas praticadas e de sua fidelidade à equação econômico-financeira inicial do Contrato a cada 5 (cinco) anos da concessão, durante a qual a concessionária e a AMLURB poderão evocar todos os eventos que considerar determinantes de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio ordinário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental (“TCA”) assinado, o Poder Concedente reconheceu alguns eventos ocorridos entre os

anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual, porém, não aplicou o devido ajuste tarifário. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais, instituído de forma provisória em 2007 e com impacto em todos os anos da Concessão, foi calculado com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos serão tratados no próximo reequilíbrio ordinário, já evocado em outubro de 2014 e com trabalho de análise pela AMLURB ainda em curso e sem definição de prazo para conclusão. Por fim, no Termo de Compromisso Ambiental assinado em 2012, também foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a Companhia em razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida no aguardo da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurada apartada do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observados: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário, incluindo o deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário e a terceirização de aterro a partir do 7º ano (2011) da Concessão até não mais o final do 11º ano (2015) conforme consta no TCA 2012, mas em período ainda a ser avaliado pelo Poder Concedente, visto que já está em curso o 14º ano (2017) de contrato e até o momento não houve definição quanto à disponibilização do terreno para implantação. É relevante ressaltar que esta Comissão foi criada em 2014 com prazo para conclusão dos trabalhos em 25 de outubro do mesmo ano, não havendo qualquer pronunciamento ou deliberação sobre o tema. O assunto está sendo discutido no âmbito do processo de reequilíbrio contratual em curso.

Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas e redefinidas, não foi efetuada neste exercício uma provisão para investimentos futuros.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 32** – Ativo financeiro – Gastos elegíveis à capitalização do ativo financeiro relacionado às obrigações de investimentos previstas no contrato de concessão.
- **Nota explicativa 16** – Imobilizado – estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** – Ativo fiscal diferido: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 16** – Imobilizado: teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Nota explicativa 22** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes:

- (a) Receita
- (b) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (c) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)
- (d) Imobilizado
- (e) Contratos de concessão
- (f) Instrumentos financeiros
- (g) Provisões
- (h) Benefícios a empregados
- (i) Imposto de renda e contribuição social

a. Receita

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços.

Receita de serviços prestados – Resíduos

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados, de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato com o Poder Concedente.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e receita de juros sobre ativos financeiros.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e descontos concedidos.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

c. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais; indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para

refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo, ou pelo valor recuperável pela venda do ativo, dos dois o menor. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº16.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A entidade deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

e. Contratos de concessão

(i) Características do contrato de concessão

Os bens vinculados à concessão serão reversíveis ao poder Concedente no encerramento do contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

- contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;

- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no IFRIC 12 (ICPC 01 (R1)), quando:

- O concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- O concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e
- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

f. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos*

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) *Capital Social*

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

g. *Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. *Benefícios a empregados*

(i) *Previdência privada*

Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

7 Retificação de erro

Durante o exercício de 2017, identificou-se que o valor correspondente relacionado às rubricas de ativo e de passivo fiscal diferido não foi compensado de acordo com o requerido pelo parágrafo 74 do CPC 32 – Tributos sobre o lucro. Consequentemente, a apresentação dos impostos diferidos foi afetada de forma relevante. O erro foi corrigido pela reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A tabela a seguir resume o impacto na demonstração financeira da Companhia:

a) No balanço patrimonial:

	Impactos da retificação de erros		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.070	(8.392)	678
Outros	266.093	-	266.093
Total do ativo	<u>275.163</u>	<u>(8.392)</u>	<u>266.771</u>
Passivo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.392	(8.392)	-
Outros	266.771	-	266.771
Total do passivo	<u>275.163</u>	<u>(8.392)</u>	<u>266.771</u>

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos e financiamentos e debêntures que são mensurados a valor justo.

O CPC48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) deverão aumentar e torna-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48, pois serão considerados, para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa, além dos títulos vencidos, também os títulos a vencer.

A Administração da Companhia está avaliando a norma e, em virtude do atual estágio das análises - que envolve uma adaptação no sistema de gestão, não foi possível estimar de forma razoavelmente confiável qual o impacto a ser considerado em função dessa mudança.

(ii) CPC 47 – Receita de contrato com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, entre outras.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente.

As 5 etapas são: 1) identificar os contratos com o cliente; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato; e 5) reconhecer a receita quando (ou na medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho.

Até o momento, com base em sua avaliação preliminar, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30) em relação ao reconhecimento da receita. Contudo espera-se que as notas explicativas às demonstrações financeiras venham a ser ampliadas.

A Companhia não adotou antecipadamente essa norma. A Administração da Companhia avaliou a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido.

(iii) CPC 06 (R2) Leases (Arrendamentos)

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia pretende aplicar a o CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

9 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 2017 e 2016.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e financiamentos e debêntures. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Exposição	Taxa média de juros Efetiva em 31/12/2017	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Empréstimos e financiamentos	50.903	11,44%	50.903	51.447	52.143	50.358	49.662
Debêntures	49.568	10,10%	49.568	49.748	49.898	49.389	49.239
	Efeito no resultado		-	724	1.570	(724)	(1.570)

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados de acordo com índices definidos no Contrato de Concessão, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Risco de contrato de concessão

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Notas		
	Explicativas	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	11	977	1.272
Ativo financeiro	32.a	49.239	58.953
Contas a receber de clientes	12	102.721	98.562
Outras contas a receber		626	2.167
		153.563	160.954

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

c. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras, financiamento doméstico e debêntures. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, que compreendem o período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (a)	25.867	15.095	16.325	1.068	58.355
Debêntures (a)	13.371	13.471	25.825	-	52.667
Dividendos a pagar	10.757	-	-	-	10.757
Fornecedores e outras contas a pagar	39.899	-	-	-	39.899
	<u>89.894</u>	<u>28.566</u>	<u>42.150</u>	<u>1.068</u>	<u>161.678</u>

Em 31 de dezembro de 2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (a)	32.942	26.577	30.087	2.164	91.770
Debêntures (a)	18.746	20.312	28.128	-	67.186
Dividendos a pagar	14.157	-	-	-	14.157
Fornecedores e outras contas a pagar	49.949	-	-	-	49.949
	<u>115.794</u>	<u>46.889</u>	<u>58.215</u>	<u>2.164</u>	<u>223.062</u>

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Adicionalmente, conforme estabelecido em contrato de debêntures existente, a Companhia compromete-se com *covenants* financeiros estabelecidos com o intuito de garantir o controle do endividamento da Companhia em função do caixa operacional gerado e a capacidade da Companhia em honrar o pagamento de suas dívidas. Os *covenants* e suas metas foram estabelecidos pelos próprios agentes financiadores dentro de condições normais de mercado, conforme nota explicativa nº19.

A Companhia monitora continuamente a evolução e a projeção dos *covenants* estabelecidos para avaliar a necessidade de revisões de orçamento e estabelecimento de planos de contenção de custos e despesas.

Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulante e não circulante, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	Nota	2017	2016
	<u>Explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Total do passivo circulante e não circulante		199.442	236.051
(-) Caixa e equivalentes de caixa	11	<u>(977)</u>	<u>(1.272)</u>
Dívida líquida		198.465	234.779
Patrimônio líquido		48.702	30.720
Índice de alavancagem		4,08	7,64

O índice está sendo impactado em ambos anos devido ao não recebimento das tarifas base novembro de 2017 e 2016 sendo recebidas respectivamente no mês de janeiro do ano subsequente.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia valor justo	Categoria	2017		2016	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	977	977	1.272	1.272
Contas a receber de clientes	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	102.721	102.721	98.562	98.562
Ativo financeiro	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	49.239	49.239	58.953	58.953
Outras contas a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	627	627	2.167	2.167
Total			<u>153.564</u>	<u>153.564</u>	<u>160.954</u>	<u>160.954</u>
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	39.899	39.899	49.949	49.949
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	50.903	50.903	76.413	76.413
Dividendos a pagar	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	10.757	10.757	14.157	14.157
Debêntures	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	49.568	52.353	51.008	54.260
Total			<u>151.127</u>	<u>153.912</u>	<u>191.527</u>	<u>194.779</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

10 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

11 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos com segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	13	13
Bancos	592	48
Aplicações financeiras	372	1.211
	<u>977</u>	<u>1.272</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 94,38% (96,8% em 2016) do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

12 Contas a receber

As contas a receber são compostos como seguem:

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prefeitura Municipal de São Paulo:			
Valores faturados		58.599	56.871
Medição dos serviços prestados		48.275	45.822
Clientes privados:			
Valores faturados - venda de sucata		38	51
Partes relacionadas	23	124	133
PCLD		<u>(4.315)</u>	<u>(4.315)</u>
Total		<u>102.721</u>	<u>98.562</u>
Circulante		92.232	88.073
Não circulante		<u>10.489</u>	<u>10.489</u>
		<u>102.721</u>	<u>98.562</u>

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valores a vencer	1	67
Vencidos:		
Até 30 dias	90.728	87.869
Entre 31 e 60 dias	1.334	-
Entre 91 e 180 dias	35	6
Entre 181 e 360 dias	1	4.336
Acima de 360 dias (a)	14.937	10.599
PCLD	<u>(4.315)</u>	<u>(4.315)</u>
	<u>102.721</u>	<u>98.562</u>

- (a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais realizados à Prefeitura de São Paulo, que ocorreram nos períodos de 2007, 2009 e 2013, a Companhia não constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para clientes públicos tendo em vista o histórico de recebimento.

A Companhia faturou o reequilíbrio do Termo de Compromisso Ambiental - TCA de 2012, mas a Prefeitura respondeu com uma decisão do Tribunal de Contas suspendendo qualquer discussão de reequilíbrio. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída exclusivamente para este recebimento.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	(4.315)	-
Provisões constituídas	<u>-</u>	<u>(4.315)</u>
Saldo em 31 de dezembro	(4.315)	(4.315)

13 Imposto a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ	970	1.277
CSLL	232	286
COFINS	1.523	1.568
PIS	331	340
INSS	1.121	86
	<u>4.177</u>	<u>3.557</u>

14 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são compostos como seguem:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósito recursal	817	838
Depósito em garantia	9.871	9.806
Penhora de créditos	91	90
Correção de monetária de depósitos judiciais	7.928	7.103
Compensação de depóstiso com provisões contingenciais correlatas	(5.409)	(4.931)
	<u>13.298</u>	<u>12.906</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía registrados ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(17.208)	(17.004)
Provisões de contingência	10.039	9.260
Provisão para perda de estoque	124	172
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.315	4.315
Provisão conscientização população	1.468	-
Provisão para participação nos resultados	1.984	3.331
Efeito RTT de 2014 (a)	1.344	1.412
Outros	-	508
Base total final	<u>2.066</u>	<u>1.994</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - 34%	<u>702</u>	<u>678</u>
Provisão para o não-reconhecimento do imposto diferido sobre diferenças temporárias	17	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	<u>719</u>	<u>678</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	6.569	9.070
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(5.850)	(8.392)

(a) A ser amortizado de acordo com o prazo final da concessão conforme determina a lei nº12.973/14.

Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.272	39.516
Alíquotas - %	34%	34%
	(12.332)	(13.435)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:		
Brindes e multas indedutíveis	(94)	(206)
Provisão para gratificação, bônus e doações	(90)	(136)
Participação dos resultados no exercício	(291)	(58)
Outras diferenças permanentes	117	408
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos, líquidos	<u>(12.690)</u>	<u>(13.427)</u>
Corrente	(12.731)	(11.933)
Diferido	41	(1.494)
	<u>(12.690)</u>	<u>(13.427)</u>
Taxa efetiva	34,99%	33,98%

16 Imobilizado

O saldo é composto como segue:

	Tx Anual	<u>2017</u>			<u>2016</u>
		%	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	24.266	-	24.266	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	2.633	-	2.633	-
Máquinas e equipamentos	10%	8.528	(4.421)	4.107	4.257
Veículos	20%	72.743	(36.861)	35.882	47.212
Móveis, utensílios e outros	10%	1.278	(851)	427	399
Equipamentos de informática	20%	3.387	(1.947)	1.440	790
Imobilizado em andamento	-	3.589	-	3.589	7.102
		<u>116.424</u>	<u>(44.080)</u>	<u>72.344</u>	<u>84.026</u>

As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>2016</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>2017</u>
Custo:									
Terrenos	24.266	-	-	-	24.266	-	-	-	24.266
Benfeitorias em bens de	-	-	-	-	-	-	-	2.633	2.633
Máquinas e equipamentos	6.976	-	-	-	6.976	698	(26)	880	8.528
Veículos	70.309	32.936	(28.643)	-	74.602	-	(1.859)	-	72.743
Móveis, utensílios e outros	1.175	8	(9)	-	1.174	117	(13)	-	1.278
Equipamentos de informática	2.327	190	(128)	-	2.389	1.007	(9)	-	3.387
Imobilizado em andamento	4.371	4.346	-	(1.615)	7.102	-	-	(3.513)	3.589
	<u>109.424</u>	<u>37.480</u>	<u>(28.780)</u>	<u>(1.615)</u>	<u>116.509</u>	<u>1.822</u>	<u>(1.907)</u>	<u>-</u>	<u>116.424</u>
Máquinas e equipamentos	(2.450)	(598)	329	-	(2.719)	(1.722)	20	-	(4.421)
Veículos	(45.873)	(10.159)	28.642	-	(27.390)	(11.331)	1.859	-	(36.862)
Móveis, utensílios e outros	(686)	(96)	7	-	(775)	(88)	12	-	(851)
Equipamentos de informática	(1.382)	(345)	128	-	(1.599)	(355)	8	-	(1.946)
	<u>(50.391)</u>	<u>(11.198)</u>	<u>29.106</u>	<u>-</u>	<u>(32.483)</u>	<u>(13.496)</u>	<u>1.899</u>	<u>-</u>	<u>(44.080)</u>
Imobilizado, líquido	<u>59.033</u>	<u>26.282</u>	<u>326</u>	<u>(1.615)</u>	<u>84.026</u>	<u>(11.674)</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>72.344</u>

Em 2016 foi efetuado a reclassificação do valor de R\$1.554 para adiantamento de fornecedores, pois os bens não foram recebidos pela Companhia, e o valor de R\$61 é uma transferência para a conta de software.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*)

Em 2017, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

17 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores		17.099	27.455
Partes relacionadas	23	22.800	22.494
		<u>39.899</u>	<u>49.949</u>

18 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

<u>Modalidade</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
FINAME	Pré-fixada de 4% a.a. a 12% a.a.	De jan/2018 a jan/2020	27.677	36.667
Capital de Giro	CDI + 2,50% a.a.	De jul/2018	5.576	13.585
Leasing	Pré-fixada de 16,82% a.a. a 17,8% a.a.	De jan/2019 a jan/2021	2.748	8.257
BNDES	Pré-fixada de 3,50% a.a. a 8,40% a.a.	De dez/2021 a dez/2023	14.902	17.904
			<u>50.903</u>	<u>76.413</u>
Circulante			22.127	25.280
Não circulante			<u>28.776</u>	<u>51.133</u>
			<u>50.903</u>	<u>76.413</u>

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2018	-	22.595
2019	12.725	12.590
2020	10.093	10.041
2021	3.869	3.817
2022	1.040	1.040
2023	1.049	1.050
	<u>28.776</u>	<u>51.133</u>

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade FINAME, estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$4.950 (R\$23.207 em 2016).

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade BNDES (também CEF – FINISA), estão garantidos por fiança bancária no valor de R\$16.881 (R\$30.122 em 2016). Os empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem cláusulas restritivas de contrato (covenants).

Conciliação da movimentação dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Saldo Inicial	Captação	Juros	Pgto Juros	Pgto Principal	Saldo Final
BNDES	17.904	-	1.103	(1.002)	(3.103)	14.902
Leasing	8.257	-	4.204	(4.287)	(5.426)	2.748
CAPITAL DE GIRO	13.585	-	1.206	(3.821)	(5.394)	5.576
FINAME	36.667	-	652	(650)	(8.992)	27.677
Total	76.413	-	7.164	(9.759)	(22.916)	50.903

19 Debêntures

	Série	Emissão	Valor
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	Única	15/05/2015	50.000
Valores contábeis incluindo juros e pagamento de principais em 31 de dezembro:			
			2017
Passivo circulante			12.068
Passivo não circulante			37.500
Total			49.568
			2016
			12.546
			38.462
			51.008

Em 15 de maio de 2015, a Companhia emitiu em série única 50 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$50.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional real fidejussória, sem emissão de cautelas ou certificados.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pela Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% das taxas médias diárias dos depósitos Interfinanceiros – DI, divulgado pela CETIP, acrescidas de uma sobretaxa equivalente de 2,90% ao ano.

A amortização será trimestral a partir de 15 de maio de 2017 do valor nominal unitário e consecutivas. O vencimento final da operação ocorrerá em 15 de maio de 2020.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por fiança da Solvi Participações S.A. em 62,347% e Estre Ambiental S.A. em 37,653%. Cada uma das fiadoras é responsável proporcionalmente ao montante da obrigação.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que podem caracterizar evento de inadimplemento e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Exige-se a observação do cumprimento do índice: IAC - Índice de Alavancagem Consolidada, que é apresentado através do cálculo de empréstimos e financiamento menos disponibilidade dividido pelo EBITDA, e o resultado deve ser inferior a 2,85. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Conciliação da movimentação das debêntures

	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Pgto Juros</u>	<u>Pgto Principal</u>	<u>Saldo Final</u>
Debêntures	51.008	-	6.281	(6.721)	(1.000)	49.568

20 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários	4.018	3.530
Encargos trabalhistas	3.049	1.588
Férias	10.148	9.555
Participação nos resultados	1.984	3.331
	<u>19.199</u>	<u>18.004</u>

Benefício de previdência privada

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$32 (R\$28 em 2016), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

21 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como seguem:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ISS sobre serviço	5.414	5.202
PIS sobre serviço	1.823	1.740
COFINS sobre serviço	8.401	8.014
Pis/COFINS/CSLL retidos	73	113
IR Fonte	414	337
Outros	480	459
	<u>16.605</u>	<u>15.865</u>

22 Provisões

São compostas como seguem:

	2017	2016
Contingências	4.630	4.329
Obrigações contratuais	1.468	-
Total	6.098	4.329

a. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2017, a provisão perfaz o montante de R\$6.576 (R\$2.351 em 2016), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2017, passíveis de provisão, são como seguem:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2015	1.457	2.865	4.322
Reversão do depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados -2015	4.156	964	5.120
Adições	308	2.043	2.351
Reversões	-	(2.533)	(2.533)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados - 2016	(4.397)	(534)	(4.931)
Saldo em 31/12/2016	1.524	2.805	4.329
Reversão do depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados -2016	4.397	534	4.931
Adições	141	2.649	2.790
Pagamentos	(263)	(1.748)	(2.011)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados - 2017	(4.612)	(797)	(5.409)
Saldo em 31/12/2017	1.187	3.443	4.630

A Companhia possui outras ações judiciais em andamento, compostas por reclamações trabalhistas e cíveis, cujo parecer do assessor jurídico externo da Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, no montante de R\$5.307 (R\$3.242 em 2016).

Está em curso uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que questiona o processo licitatório que deu origem ao contrato de concessão. Na opinião do advogado contratado pela Loga para sua defesa, a chance de êxito da Companhia nessa ação é provável.

23 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$5.029 (R\$4.321 em 2016).

b. Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são demonstrados como seguem:

	Saldo de		Saldo de		Receitas e Despesas	
	Contas a Receber		Contas a pagar			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	-	356	332	-	-
Instituto Solvi	119	119	371	233	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	5	4	19.518	18.843	(107.126)	(99.890)
SBC Valorização de Resíduos S.A.	-	4	-	-	-	-
Vega Engenharia Ambiental S.A.	-	-	-	271	-	(3.158)
Revita Engenharia S.A.	-	-	218	-	(3.471)	-
GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.	-	-	2.302	-	(13.197)	-
Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	-	6	-	1	-	-
Estre Ambiental S.A.	-	-	-	-	(1.470)	(1.768)
UTR - Unidade de Tratamento de Resíduos S.A.	-	-	-	1.760	(4.829)	(25.436)
Outros	-	-	35	-	-	-
	<u>124</u>	<u>133</u>	<u>22.800</u>	<u>21.440</u>	<u>(130.093)</u>	<u>(130.252)</u>
Reembolsos Administrativos e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	-	(4.224)	(3.799)
	-	-	-	-	(4.224)	(3.799)
Juros sobre capital próprio						
P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A	-	-	-	397	-	-
VVR - Vega Valorização de Resíduos S.A.	-	-	-	657	-	-
	-	-	-	1.054	-	-
Total	<u>124</u>	<u>133</u>	<u>22.800</u>	<u>22.494</u>	<u>(134.317)</u>	<u>(134.051)</u>

As contas a pagar para a Essencis Soluções Ambientais S.A. (controlada direta da Solví Participações S.A.) referem-se aos serviços operacionais referentes à disposição dos resíduos coletados pela Companhia no aterro de Caieiras, pertencente à parte relacionada.

As contas a pagar para a Unidade de Tratamento de Resíduos S.A. (controlada direta da Estre Ambiental S.A.) referem-se ao tratamento e transporte de resíduos sólidos dos serviços de saúde.

As contas a pagar para a Gestão e Logística Ambiental S.A. – GLA referem-se aos serviços operacionais de transportes de resíduos às devidas áreas de destinação.

As despesas operacionais registradas em operações junto à controladora Solví Participações S.A. referem-se a serviços corporativos e despesas compartilhadas.

As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional das entidades, cujos preços e condições comerciais são estabelecidos entre as partes.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está representado por 60.650 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada e valor total de R\$60.650. Em 31 de dezembro de 2017, encontram-se integralizadas 29.416 (29.416 em 2016) ações, no valor total de R\$29.416 (R\$29.416 em 2016).

Em 30 de abril de 2016, a Companhia aprovou a integralização de capital no montante de R\$9.493 sendo R\$3.985 por meio da reversão total da reserva legal, R\$858 do reinvestimento de dividendos declarados e não pagos do exercício de 2015 e R\$4.650 do reinvestimento dos dividendos antecipados e não pagos do exercício corrente para a integralização do capital social.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, efetuada “*ad referendum*” da Assembleia Geral. Em 2017, a Companhia destinou à título de dividendos o montante de R\$5.600 (R\$20.135 em 2016), conforme quadro abaixo:

Distribuição de dividendos - 2017	
Lucro líquido do exercício	23.582
(-) Reserva legal	(1.179)
Base de distribuição	<u>22.403</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>(5.600)</u>

Pagamentos de dividendos - 2017	
Dividendos a pagar em 31/12/2016	<u>14.157</u>
(+) Dividendos distribuídos em 2017	5.600
(-) Dividendos em 2016	(9.000)
Dividendos a pagar em 31/12/2017	<u>10.757</u>

25 Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita bruta de serviços:		
Clientes públicos	537.879	509.287
Clientes privados	34	41
Receita de construção	9.960	19.450
Realização do ativo financeiro (a)	(19.673)	-
Total receita bruta	<u>528.200</u>	<u>528.778</u>
Impostos incidentes sobre as vendas:		
ISS	(26.894)	(25.660)
PIS	(9.024)	(8.469)
COFINS	(41.567)	(39.007)
ICMS	(15)	(1)
	<u>(77.500)</u>	<u>(73.137)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>450.700</u></u>	<u><u>455.641</u></u>

- (a) Em 2017, houve a realização do ativo financeiro reconhecido em relação aos investimentos realizados em infraestrutura definida no contrato de concessão, quando de sua conclusão. Essa realização ocorreu mediante à compensação de valores recebidos mensalmente na composição da tarifa de prestação de serviço.

26 Custos dos serviços prestados

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e encargos	(124.042)	(114.013)
Mão de obra	(148)	(43)
Aluguel	(6.159)	(6.098)
Depreciações e amortizações	(13.191)	(10.952)
Materiais aplicados nos serviços	(35.051)	(29.776)
Serviços de terceiros (a)	(159.571)	(167.757)
Provisão de outorga de ônus de concessão	(27.213)	(25.989)
Outros custos de produção	(15.761)	(12.726)
Custo de bens reversíveis	(9.960)	(19.450)
Créditos fiscais	21.541	20.554
Total	<u><u>(369.555)</u></u>	<u><u>(366.250)</u></u>

- (b) As principais naturezas em serviços de terceiros é referente a manutenção de veículos, transportes de resíduos, destinação de aterro e serviços de incineração.

27 Despesas comerciais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Patrocínio, brindes e doações	(83)	(160)
Propaganda e publicidade	(431)	(1.534)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(4.315)
Feiras e eventos	(620)	(253)
	<u>(1.134)</u>	<u>(6.262)</u>

28 Despesas e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração direta mão de obra	(5.928)	(6.401)
INSS	(1.200)	(951)
FGTS	(308)	(220)
Benefícios	(1.058)	(766)
Depreciação e amortização	(434)	(491)
Serviços de terceiros (a)	(17.022)	(19.713)
Viagens e estadias	(45)	(45)
Tributos, seguros e contribuições	(1.944)	(1.674)
Outros	(344)	(465)
	<u>(28.283)</u>	<u>(30.726)</u>

- (a) Refere-se principalmente a despesas compartilhadas no valor de R\$3.799, consultoria administrativa-financeira no valor de R\$6.292, serviços de gestão e planejamento no valor de R\$3.158, assessoria técnica no valor de R\$1.001 e serviços de informática no valor de R\$1.718.

29 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas eventuais	9	305
Despesas e provisão contingenciais	(2.790)	(943)
Resultado venda de imobilizado	183	2.996
Patrocínio	(223)	(254)
Multa contratual	(1.327)	(12)
Outras despesas e receitas	(258)	(377)
	<u>(4.406)</u>	<u>1.715</u>

30 Receitas e despesas financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.316	2.770
Juros recebidos e descontos obtidos	771	719
Variação monetária	-	2
Correção de depósitos judiciais	825	1.277
	<u>2.912</u>	<u>4.768</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(388)	(891)
Despesas com juros e descontos concedidos	(90)	(8)
Despesas multas e moras financeiras	(22)	(15)
Tributos sobre movimentações financeiras	(15)	(74)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(13.446)	(18.382)
	<u>(13.961)</u>	<u>(19.370)</u>
Total de despesas financeiras, líquidas	<u><u>(11.049)</u></u>	<u><u>(14.602)</u></u>

31 Cobertura de seguros

Durante o período de concessão, compete à Concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

As apólices contratadas pela Companhia oferecem as seguintes coberturas:

- Lucros cessantes: R\$284;
- Seguro patrimonial: R\$37.159 e
- Responsabilidade civil: R\$10.000.

32 Contrato de concessão

Através do Contrato de Concessão a Companhia presta serviços divisíveis de limpeza urbana na região noroeste da cidade de São Paulo/SP, sendo o período de concessão de 20 anos a partir de outubro de 2004, renovável por mais de 20 anos e tem reajuste anual da tarifa com base em fórmula paramétrica estipulada em contrato e composta de diversos índices do setor. A cada 5 anos o contrato prevê a realização de revisão ordinária das tarifas praticadas de modo a manter sua fidelização à equação econômico-financeira inicial do Contrato.

Terrenos, estruturas e construções bem como todos os contêineres utilizados para a execução do objeto da concessão são bens reversíveis e os demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual. As principais obrigações contratuais são modernização do transbordo Ponte Pequena; construção de novo transbordo; implantação de aterro sanitário e estação de tratamento de efluentes; construção de usina de compostagem; construção de centrais de triagem; construção de central de tratamento de resíduos de serviços de saúde; implantação de coleta mecanizada; encerramento do aterro sanitário Bandeirantes; revegetação do aterro sanitário Vila Albertina e renovação de frota de veículos a cada 5 anos.

a. Ativo financeiro

A Companhia reconhece um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção. O concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A receita reconhecida com relação à construção em 2017 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto no contrato de concessão em 2017 são como seguem:

Receita de Construção	Custo de Construção	Lucro Bruto	Margem de lucro
9.960	(9.960)	-	0%

A Companhia registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	2017	2016
Transbordo	14.226	16.051
Edificações	324	324
Benfeitorias	1.520	1.520
Contêineres	7.604	8.303
Centros de Triagem	7.946	9.116
RSSS Un.Tratamento	14.670	20.977
Tr.Anhanguera	2.878	2.591
Col.Mecanizada	71	71
Total	49.239	58.953
Ciculante	5.824	3.326
Não circulante	43.415	55.627

O ativo financeiro no montante de R\$49.239 (R\$58.953 em 2016) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos.
